

PAGE - VS

“A Nação quer e vai mudar” ANC

GAZETA FOLHOS CANTIL

Eis os principais trechos do discurso do deputado Ulysses Guimarães, presidente da Constituinte:

• “Esta Assembléia reúne-se sob um mandato imperativo: o de promover a grande mudança exigida pelo nosso povo. Ecolam nesta sala as reivindicações das ruas. A Nação quer mudar, a Nação deve mudar, a Nação vai mudar.

• Estamos aqui para dar a essa vontade indomável o sacramento da lei. A Constituição deve ser — e será — o instrumento jurídico para o exercício da liberdade e da plena realização do homem brasileiro.

• A ampla maioria de que dispomos nesta Casa constitui garantia bastante de que faremos uma Constituição para a liberdade, para a justiça e para a soberania nacional.

“Não existe sociedade tão cruel com os trabalhadores”

• A liberdade não pode ser mero apelo da retórica política. Ela deve exercer-se dentro daqueles velhos princípios, que impõem, como único limite à liberdade de cada homem, o mesmo direito à liberdade dos outros homens. Assim vemos a ação reguladora do Estado na atividade econômica. A livre iniciativa, necessária ao desenvolvimento do País, deverá exercer-se sem o sacrifício dos trabalhadores, e a riqueza não poderá acumular-se, ao mes-

mo tempo que aumentam a miséria e a fome, em benefício dos privilegiados.

• A liberdade é também uma questão de justiça. Ela não pode continuar sendo, como as outras coisas, um bem de mercado. Em nossa sociedade injusta só pode ter liberdade aquele que dispõe de dinheiro para comprá-la.

• A justiça para os que trabalham deve começar pelo salário. Não existe, no mundo de hoje, salvo em alguns países emergentes da África, sociedade de que seja tão cruel com os trabalhadores.

• Salários justos exigem uma política que combine o desenvolvimento econômico com a estabilidade monetária. A inflação, sendo fonte de injustiça — uma vez que os assalariados são os mais indefesos diante dos seus efeitos perversos —, é também dela consequência.

• A modernização autônoma da economia não pode continuar sendo impedida por uma estrutura social arcaica, que se amarra praticamente nas ordenações filipinas.

• Modernizar a economia e torná-la competitiva. Com o emprego racional de todos os recursos disponíveis, a começar pelo solo. A terra não pode ser mera reserva de valor para os que especulam com o seu preço, porque só nela os homens encontram a vida. Não podemos pensar em distribuir apenas. E nossa obrigação fazê-la produtiva. Sempre que o direito de propriedade se opuser ao interesse social, que prevaleça o interesse da Nação.

• A propriedade é um dos mais antigos direitos do homem e é em razão disso mesmo que a ética religiosa recomenda distribuí-la.

• Não podemos pensar no liberalismo clássico, que deixa às livres forças do mercado o papel regulador de preços e sa-

- 4 FEV 1987

lários em uma época de economia internacionalizada e de cartéis poderosos.

• Se o governo deve intervir no processo econômico, que a sua ação busque a paz social. Ali, de onde se ausenta a consciência ética, deve impor-se o poder arbitral do Estado.

• Quando as élites políticas pensam apenas na sobrevivência de seu poder oligárquico, colocam em risco a soberania nacional.

• Federação e democracia continuam sendo as reivindicações nacionais maiores, e nossa Assembléia não poderá deixar essas questões ao relento. Elas devem ser enfrentadas com a coragem necessária. Incluo-me entre os que, como Carneiro da Cunha, consideram a autonomia federativa a base da unidade nacional. Esta autonomia reclama, em primeiro lugar, uma justa aprovação tributária. Só há unidade entre entidades de igual direito e não pode a União transformar-se, como se transformou, em poder isolado das realidades estaduais.

“É preciso modernizar a legislação econômica”

• A federação, golpeada pelo Estado Novo, foi praticamente destruída nos recentes anos de arbitrio. Cumprê-nos restaurá-la em toda a sua plenitude, tornando realidade um ideal que nasceu com a própria independência.

• Estou convencido de que esta é a excepcional oportunidade histórica de dar ao País a mais nacional de suas Constituições. Quando uso o termo, uso-o na convicção de que as nossas Cartas anteriores foram redigidas na adolescência da Pátria, quando buscávamos nos Estados estrangeiros o modelo para as instituições do País.

• É preciso — e é essa uma tarefa constitucional — modernizar a legislação econômica, de maneira a impedir a danosa especulação financeira pelos agentes privados, incentivar a iniciativa econômica individual, que não encontra espaço em um Estado cartorial aliado das grandes corporações empresariais, e promover a modernização dos processos de produção, com o desenvolvimento de novas técnicas.

• Não podemos submeter o nosso destino aos que buscam controlá-lo, impedindo-nos de fabricar instrumentos modernos e de promover, com a nossa própria inteligência, o seu desenvolvimento.

• Fazer um país crescer é fazê-lo crescer dentro de si mesmo, é fazê-lo crescer em cada um de seus cidadãos. O que significa aumentar a produção, se ela estiver destinada a servir aos outros e não ao nosso próprio povo?

• Esta é a grande hora de nossa geração; devemos ocupá-la com o grave sentimento do dever e a consciência de que seremos responsáveis, diante do futuro, pelo que decidirmos aqui.

• Haveremos de elaborar uma Constituição contemporânea do futuro, digna de nossa pátria e de nossa gente. Para isso, iremos vencer os desafios econômicos, políticos e sociais. Seremos os profetas do amanhã.”